



Crime, sexualidade e honra nas relações de gênero sob a ótica da imprensa, Recife (1900 – 1910)

Diana Rodrigues do Rêgo Barros¹

Resumo

A emergência do regime republicano clamava por mudanças sociais e culturais, onde os antigos hábitos que remontam ao sistema monárquico deveriam ser combatidos, a fim de remodelar a sociedade e adaptá-la aos novos tempos. Assim, analisando os discursos que permearam o Recife do início do século XX sobre família, moralidade e sexualidade, bem como o lugar da mulher frente a esses temas, percebemos o intenso empenho de juristas e médicos em atribuir à mulher uma categoria secundária no que tange o âmbito social. Neste sentido, campanhas de “educação comportamental” voltadas para a camada popular (homens e mulheres, sendo as últimas atingidas com mais veemência), foram promovidas pelo governo aliado aos discursos médico e jurídico da época, com o objetivo de educar a população e acabar com comportamentos considerados desviantes. A imprensa terá então, um papel importantíssimo como divulgadora de hábitos considerados saudáveis, tomando como exemplo os procedimentos de uma classe burguesa, procedimentos esses, que deveriam ser seguidos pela maioria da população. Diante disso, o presente trabalho buscou investigar como se deu a noção de família, moralidade e sexualidade; como se fomentou uma política sexual voltada para o controle das famílias populares, no Recife, entre os anos de 1900 a 1910, compreendendo também as divergentes noções de honra pelas diferentes camadas sociais. A pesquisa foi elaborada a partir da leitura de textos que abarcam o assunto e da análise minuciosa das fontes, constituídas por notícias tanto do Diário de Pernambuco quanto do Jornal Pequeno, ambos em micro-filmes da Fundação Joaquim Nabuco. Os conceitos de repressão do sexo e de honra serão imprescindíveis para a compreensão das condutas e dos prazeres sexuais de homens e mulheres do Recife, nos primeiros dez anos do século XX.

Palavras-chave: populares; periódicos; República.

Abstract

The emergence of the republican regime called for social and cultural change, where old habits that date back to the monarchical system should be tackled in order to reshape society and adapt it to changing times. Thus, analyzing the discourses that permeated the Reef early twentieth century on family, morality and sexuality, and women's place in front of these issues, we see the intense commitment of lawyers and doctors give the woman a secondary category in relation the social sphere. In this sense, campaigns for "behavioral education" aimed at lower class (men and women, the latter being affected more strongly), were promoted by government allied to the medical and legal discourses of the time, with the goal of educating the population and end behaviors considered deviant. The press will then have an important role as disseminator of habits considered healthy, taking as example the proceedings of a bourgeois class, these procedures, which should be followed by the majority

¹ Estudante do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. dianaufre@gmail.com



population. Thus, the present study investigated how was the notion of family, morality and sexuality, as if promoted a policy aimed at the sexual control of low income families in Recife, between the years 1900 to 1910, comprising also the divergent notions of honor by the different social strata. The survey was drawn from the reading of texts that cover the subject and the thorough analysis of the sources, consisting of both the Diário de Pernambuco and Jornal Pequeno, both in micro-movies Fundação Joaquim Nabuco. The concepts of repression of sex and honor will be invaluable in understanding the behavior and the sexual pleasures of men and women in Recife, in the first ten years of the twentieth century.

Key words: popular; periodicals; Republic.

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que é atribuída à mulher a culpabilidade pelos atos libidinosos do homem. Antes de o Brasil ser “descoberto” o europeu descobriu a “mulher brasileira”, ou melhor, descoberta, completamente nua, a índia incitava a volúpia masculina. A sexualidade feminina passa a ser demonizada e o corpo, instrumentalizado pelo Diabo, transforma-se em algo que não podia ser tocado nem por ela mesma.

Como a mulher era considerada por natureza um agente de Satã, toda a sua sexualidade podia prestar-se à feitiçaria, como se seu corpo, ungido pelo mal, correspondesse às intenções malignas de seu senhor. Cada pequena parte seria representativa desse conjunto diabólico, noturno e obscuro.²

Segundo o discurso religioso, a mulher é degenerada por natureza por ter ela origem de uma costela, um osso curvo, não seguindo a retidão masculina. A misoginia da tradição cristã retrata a mulher como fraca e suscetível, onde as tentações da carne e as perversões sexuais surgem dela. Todo esse discurso ultrapassa as barreiras do tempo e arraigado, chega à modernidade, mesmo que re-significado, mas permeado de valores retrógrados que indignificam o sexo feminino.

Cidade, família, gênero e os prazeres sexuais

O início do século XX assiste à afirmação de um regime de governo recém-nascido. Então se julgou necessário romper com as amarras que ainda prendiam a sociedade ao extinto

² Ver: *Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino* da historiadora Mary Del Priore. In: DEL PRIORE, Mary (Org) **História das Mulheres no Brasil**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008 p 112.



regime monárquico. No Brasil, e mais especificamente no Recife, o sistema republicano clama pelo fomento do progresso e da modernização, onde as velhas estruturas sociais deveriam ser negadas a fim de criarem outras, adaptadas aos novos tempos.

Neste sentido, a instituição familiar seria o cerne das campanhas de mudanças empreendidas pela República, onde a mulher seria o eixo de uma família organizada, íntegra, devota e obediente. Pode-se dizer sem temer o exagero, que a família era considerada uma instituição visceral na construção da sociedade, onde, alterando o comportamento da primeira (família), alterava-se também a segunda (sociedade). À mulher cabia a tarefa de gerir a vida doméstica, bem como seu casamento e seus filhos. Ela ficaria restrita aos assuntos do lar, enquanto que ao homem cabiam os deveres de ordem externa e pública. Enquanto ela estaria limitada ao âmbito do privado, ele circularia pelo espaço público. Georges Duby³ considera que o privado pode ser percebido como oposição ao público, onde o privado seria o espaço que o indivíduo desarma-se de todos os escudos que é obrigado a utilizar no público. Logo, ao homem ficava a árdua tarefa de vestir a máscara para encarar o espaço público, já a mulher tinha o sublime dever de cuidar da família, dentro do privado, sem máscaras, nem escudos.

A fim de quietar algumas mulheres que não aceitavam tal situação e ansiavam por ganhar seus espaços no referente ao público, os republicanos lançam propagandas que enaltecem e glorificam o papel da mulher no núcleo familiar; inclusive, ainda no século XIX, os republicanos procuravam uma figura que representasse o Novo Regime, e a acham na personificação do feminino, onde a República, a exemplo do modelo francês, é representada por uma figura de mulher⁴.

Voltando ao século XX mais precisamente aos anos de 1900 a 1910, e lançando nossos olhares às mulheres e aos homens pertencentes à camada popular, percebemos que estes deveriam seguir o modelo burguês de práticas sociais e sexuais, onde entre essas classes, divergiam os conceitos de honra e moralidade. Vale ressaltar que nesse momento há a aceleração da urbanização, provocando um intenso movimento de populações pobres para a capital. Estas pessoas ocupavam em sua maioria, habitações coletivas, casas de cômodo ou cortiços, ou em mocambos no Recife, ambientes considerados sujos, atrasados e corruptos

³ DUBY, Georges. **História da Vida Privada II**: da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁴ Ver: *República Mulher: entre Maria e Marianne*. In: CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



moralmente⁵, assertiva que vale para o Rio e capital pernambucana. Lança-se uma vigorosa campanha de desapropriação e demolição desses cortiços, com o objetivo de expulsar os populares a fim do regresso da moral e dos bons costumes. A derrubada dos cortiços e dos mocambos mostrava-se como indispensável, haja vista serem considerados focos de epidemias que, periodicamente infestavam o Rio e o Recife⁶. A medicina e os interesses econômicos uniram-se para higienizar a cidade, transformando-a numa metrópole moderna capaz de atrair capitais e homens estrangeiros.

Martha de Abreu Esteves em seu **Meninas Perdidas** mostra como o meio dito viciado dos cortiços era usado para corroborar a defesa do réu em um processo de defloramento, caso a ofendida morasse num cortiço.

O meio viciado, como responsável pela criação de mulheres não carinhosas – leia-se não recatadas e não passivas –, era, sem dúvida, reforçado para facilitar a defesa do réu e, certamente, para aumentar as suspeitas de que a ofendida era sedutora. Para provar a existência de um meio viciado (doentio no seu sentido último) era comum os advogados lançarem suspeitas sobre o local de residência das moças ou das testemunhas que as defendiam.⁷

Era imprescindível então destruir esses meios considerados viciados, pois deles surgiam homens e mulheres não inclusos nos códigos burgueses de honra e moralidade. Ou seja, implanta-se uma idéia de profilaxia urbana, conclamada por médicos, juristas e intelectuais da época. Corolariamente, higienizar a cidade significava higienizar os populares e por extensão, as mulheres e sua sexualidade. Entrementes, põe-se em xeque conceitos como virgindade, honra, a concepção do corpo bem como sua normatização. A partir de uma idéia de himenolatria⁸, onde há um vasto estudo sobre o hímen, procurava-se entender a virgindade ou a ausência dela a partir da existência ou não da membrana. Neste sentido, havia uma super valorização do hímen, uma vez que ser virgem é tê-lo guardado dentro da flor de lótus, e não

⁵ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁶ LUBAMBO, Cátia Wanderley. **O Bairro do Recife**: entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife, CEPE/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

⁷ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 p 70.

⁸ Para entender melhor esse tema, ver: CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). São Paulo: Unicamp, 2005. A autora esclarece que incluso no contexto normativo da época, o hímen era mais um código moralista. Cultuada, cercada de fetichismo, a membrana era o cerne do corpo da mulher e, perdê-lo significava desqualificar a posição moral do pai e dos homens da família; ou seja, embora pertencesse à mulher, sua perda maculava a honra masculina.



possuí-lo, significava ser uma deflorada. Vejamos o que Sueann Caulfield diz sobre tal questão.

(...) a honestidade era (...) uma condição social e um atributo moral selados por um estado fisiológico. A desonra da mulher em qualquer um desses três planos ameaçava os outros dois, mas a ruptura do “selo” fisiológico era de longe o mais pernicioso, por tratar-se (...) de “seu único dote natural irreparável”. Os juristas da virada do século, não importando se inspirados pelos princípios clássicos ou da escola positiva, pela ciência médica ou pela intuição popular, concordavam em que o defloramento devia ser punido porque, uma vez que a mulher perdesse a virgindade, ela estaria correndo um alto risco de cair na prostituição.⁹

Fora do âmbito da prostituição, pode-se entender que uma mulher solteira não estava distante do estereótipo “mulher de vida fácil”. Na verdade, tal estereótipo é uma criação do “homem macho”, aquele que desvaloriza o feminino sob a perspectiva de sua sexualidade. Na maioria das vezes, a mulher não precisava ser “desvirgem” – permita-nos o neologismo – para que fosse considerada prostituta. Só o fato de ela sair só à rua, o que não era aceito, já a estigmatizava como uma mulher pública, da vida¹⁰.

Outra maneira de manter as famílias populares sob controle, bem como suas práticas sexuais, era a supervalorização da maternidade. Uma família íntegra, detentora da moral e dos bons costumes, era balizada pela figura da boa esposa-mãe. Margareth Rago explica que a exaltação da maternidade mostra-se como uma maneira de tolher a vida social da mulher.

No discurso médico, dois caminhos conduzirão a mulher ao território da vida doméstica: o instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade. Enquanto para o homem é designada a esfera pública do trabalho, para ela o espaço privilegiado para a realização de seus talentos será a esfera privada do lar. Tudo o que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família.¹¹

⁹ Idem. p 78.

¹⁰ A autora de **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, Martha de Abreu Esteves, esclarece que no início do século XX, a rua era pouco visitada pela mulher higienizada, ou seja, a burguesa. O que parece contraditório é que a mulher popular precisava ganhar as ruas para trabalhar, pois seu sustento se fazia fora de casa. Então, como seguir o modelo de mulher burguesa tantas vezes aclamado pelos juristas e intelectuais do início do século XX, sem ser taxada por prostituta? Bom, isso não era levado em consideração, já que não se admitia uma mulher trabalhar para seu próprio sustento. Outro ponto fundamental é entender que a realidade burguesa era díspare da realidade popular. Se para os populares sair só à rua não significava uma afronta à moral, para a burguesia era inadmissível.

¹¹ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar / Brasil (1890-1930). 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 p 75.



A autora elucida que a maternidade deve ser concebida como sacerdócio, não havendo tempo para assuntos fora dela. Rago ainda mostra a dicotomia existente entre a mulher-mãe e a mundana. Enquanto a primeira era associada à mãe do homem salvador, àquela que abnega sua vida pela família, a mulher-santa, assexuada; a segunda era considerada sensual, pecadora, prostituta, a razão da perdição masculina, a mulher-diabólica. Todavia, ambas eram submissas, dependentes, incapazes de comandarem suas vidas e, logo, deveriam ser constantemente vigiadas.

Diário de Pernambuco e Jornal Pequeno: o poder da imprensa frente aos debates de gênero

A imprensa terá um papel fundamental na divulgação de práticas regradadas nos padrões burgueses. Neste sentido, buscamos investigar, no campo das práticas discursivas como e por que se instituiu uma política sexual direcionada ao controle dos populares, buscando compreender o debate jurídico em torno da honra, das condutas e dos prazeres sexuais masculinos e femininos na cidade do Recife, entre os anos de 1900 a 1910, bem como perceber os diferentes discursos em torno da honra e da sexualidade feminina e masculina a partir dos periódicos, avaliando a repercussão dos crimes sexuais em Pernambuco a partir dos jornais do período.

Os periódicos Diário de Pernambuco e Jornal Pequeno trazem notícias sobre crimes praticados pelas mulheres e contra elas. No Diário de Pernambuco, percebemos que a maior parte dos crimes praticados pelas mulheres refere-se a ofensas à moral pública, sem especificar, contudo, que ofensas seriam essas. No referente aos crimes contra elas, encontramos desde espancamento, defloração a assassinato. Tais notícias saíam quase sempre na coluna policial quando o ocorrido envolvia pessoas da classe popular. Em uma coluna chamada **Revista Diária**, ou saíam crimes que chocavam a população, ou crimes nos quais as vítimas eram mulheres da elite.

Já o Jornal Pequeno parece ser mais generalizante. Não há divisões em colunas específicas para a classe popular ou a burguesia. As notícias sobre crimes que envolvem mulheres, de cunho sexual ou não, aparecem em qualquer parte do jornal. Ademais, este periódico apresenta um formato diferenciado se comparado ao Diário de Pernambuco: em tamanho bem menor, sua escrita é mais acessível ao público em geral. Ou seja, enquanto o Diário de Pernambuco atinge um público mais elitizado, o Jornal Pequeno alcança a classe



trabalhadora. Porém, ambos assumem a tarefa proposta pelo regime republicano: a de controlar as famílias populares, doutrinando-as, exaltando as práticas de um extrato burguês.

Outrossim, o aspecto educacional desses discursos revestiu-se de uma característica preventiva, na qual deveria combater os movimentos da emancipação feminina, causadora de receio e temor no mundo masculino, bem como o controle da camada popular, maioria em relação à burguesa. Os debates jurídicos e médico-sanitarista estabeleciam os parâmetros de normalidade dos populares, tornando-se mais um instrumento de poder, divulgados pela imprensa, dentro do período e espaço estudados.

Desvendando os caminhos da pesquisa

Para compreender os diferentes sentidos dados ao feminino e ao masculino, seja pela ótica de uma minoria burguesa ou da classe popular, foram imprescindíveis as leituras de autoras como Martha de Abreu, Sueann Caulfield e Margareth Rago, entre outras. Como arcabouço teórico, Michel Foucault e Roger Chartier deram fundamento a este trabalho. Enquanto o primeiro fala de repressão do sexo, dominação, proibições, recusas, censuras, negações e poder, práticas essas exercidas sobre os populares do início do século XX; o segundo trata das simbologias e representações criadas pelos sujeitos sociais, a fim de identificá-los numa dada sociedade. Assim, vê-se o homem forte, viril, sapiente capaz, honesto, provedor; enquanto que a mulher é o oposto disso. Todavia, esses sinais só serão identitários se houver sujeitos que os criem e outros que os pratiquem.

Paralelo às leituras temáticas o trabalho de pesquisa documental deu-se na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Vale ressaltar que as fontes extraídas da FUNDAJ foram digitalizadas para posterior análise. Ademais, os anos de 1900 a 1910 marcam o recorte temporal por considerarmos que os primeiros momentos do século XX e também da República, são convulsivos se lembrarmos das grandes mudanças que estavam ocorrendo nas principais urbes do Brasil. Desenvolvimento urbano, turbulências culturais e sociais, necessidade de afirmação política, tudo corrobora para julgarmos que os primeiros dez anos do século XX são fascinantes para pensar as questões de gênero: o que se discutia sobre a mulher, o homem, o sexo, não esquecendo, é claro, de levar em consideração a clivagem social, inerente à tessitura humana.

Dentro desse período temporal, foram selecionados meses específicos. A escolha não se deu aleatória. Ora, o que buscávamos com a pesquisa com estes jornais? A princípio crimes



de teor sexual cometidos pelos homens contra as mulheres. Assim pensamos: em qual época do ano há maior incidência de estupros, defloramentos, ofensa à moral, entre outros? Nos períodos que antecedem festas, talvez? Desse modo, os meses escolhidos foram: janeiro e fevereiro; março e abril; junho e julho; e, outubro, novembro e dezembro.

Vale salientar que as notícias e propagandas encontradas no Diário de Pernambuco e no Jornal Pequeno ora pareciam mais liberais para a época, ora mais conservadoras. Quando o assunto era de cunho sexual, uma notícia de defloramento, por exemplo, o texto se mostrava bastante conservador e relegava à mulher o estigma da coitada, desonrada sem os cuidados de uma figura masculina. Todavia, encontramos, no Diário, uma propaganda de remédio que prometia curar doenças venéreas em pouco tempo. Claro, tal propaganda era voltada aos homens que procuravam o amor clandestino, fora do casamento.

Pobre menina pobre, pobre mulher rica! Diferentes crimes, diferentes jornais, diferente repercussão

Nos periódicos do Diário de Pernambuco e do Jornal Pequeno, vemos que a honra familiar, principalmente a sexual, era percebida como a base de um comportamento considerado saudável. Nesses jornais, podemos perceber o controle exercido sobre os populares; porém, em se tratando deles (os populares) tais crimes não ganhavam tanta repercussão nesses jornais, principalmente no Diário de Pernambuco. Importância maior era dada a um crime não sexual, na qual a vítima fosse uma mulher burguesa. Para entendermos melhor, vamos exemplificar começando pelo Diário de Pernambuco. Segue abaixo a transcrição de uma notícia onde uma menor foi estuprada por dois homens.

Monstruoso: No dia 11 do corrente, às 9 horas da noite, apareceu na Lingüeta, trajando calças e camisa de homem, a menor Antônia, filha de Antônio Buzo, residente em [sic], a qual a tempos fugiu da casa paterna, para residir á rua do Imperador com uma mulher pública. Um catraieiro pardo de 20 anos presumíveis, supondo falhar a um rapazinho propôs um passeio no seu bote, prometendo dar-lhe mil réis, o que a rapariga aceitou. Longe do cais, o *quidam*¹² que sabemos chamar-se Nilo Luis de Aquino satisfizes seus instintos, bestiais na infeliz, até a saciedade. Voltando á terra comunicou seu infame procedimento a Clementino Carlos, que por sua vez, foi procurar Antônia e conduziu-a para a doca do extinto Arsenal da Marinha, onde esteve dando posto a seus instintos libidinosos até alta madrugada, da mesma forma que Nilo, mas sem que [sic] e como o outro, sobre o sexo da desgraçada. Em seguida

¹² Palavra francesa que quer dizer “aquele que anda”, transeunte.



IV Colóquio de História

*Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade
de 16 a 19 de novembro de 2010 - UNICAP*

abandonou-a. Informada a policia, do ocorrido, pelo catraieiro Agripino Barbosa de Lyra, capturou os dois miseráveis. Dizem que um deles declarou casar com a ofendida para dar fim ao procedimento policial. O casamento é uma reparação, concordamos, mas a bem do decoro social, ser-te conveniente que dois infames desta ordem fossem punidos com a máxima severidade. Ignoramos a causa certa do abandono da casa paterna pela inditosa Antônia.¹³

Muito pode ser analisado acerca da notícia acima. Inicialmente, ela saiu numa coluna do jornal chamada Revista Diaria, espaço reservado à elite ou a notícias que chocassem a opinião pública. O termo “monstruoso” usado no começo do texto deixa isso claro. Em seguida vemos que a menor sai da casa do pai para morar com uma mulher pública. Este termo “mulher pública” é altamente pejorativo. Dizer que uma mulher é pública, é o mesmo que chamá-la de prostituta. Antônia então é estuprada por dois homens, sendo que um deles diz casar com a menina para cessar as ações policiais. Importante ressaltar que o casamento era uma espécie de “solução” para que o acusado não fosse detido, tanto que aparece no texto a afirmação de que o “casamento é uma reparação”; todavia, julgava-se necessário a punição dos dois homens, a fim de manter ileso o decoro moral. A palavra “inditosa”, referente à Antônia também nos parece pejorativo. E o fato do jornal ter noticiado este crime somente uma vez, deixa claro a pouca importância dada a ele. O “estupro duplo” da menor Antônia ficou sem solução para os leitores do Diário de Pernambuco, pois não sabemos o desfecho do caso. Não sabemos se os homens mantiveram-se presos ou se um deles causou com a jovem. Também não sabemos o que aconteceu à ela. O jornal não noticiou nada além do aqui exposto.

Também o Jornal Pequeno noticiou este mesmo ocorrido. Em um texto bem maior, o periódico narra com detalhes o acontecimento. Diz que a menina morava em Beberibe, (um bairro de Recife) na casa de seu pai, Antônio Buzo e sai para residir “em casa de Dondon, uma rapariga de vida airada, moradora a Rua do Imperador”¹⁴. Ainda narra que Antônia foi examinada pelos médicos da polícia, confirmando a violência, e que a população mostrou-se revoltada com o ocorrido. Vale ressaltar que o termo “vida airada”, atribuído a Dondon, substitui o “mulher pública” escrito no Diário de Pernambuco, assim ambos os jornais enfatizam a “condição mundana” de Dondon. Ademais, diferente do Diário de Pernambuco, o

¹³ Diário de Pernambuco. Revista Diaria. 14 de Janeiro de 1900. Página não identificável. FUNDAJ. Ortografia atualizada.

¹⁴ Jornal Pequeno. 13 de Janeiro de 1900. Ano II – página 9. FUNDAJ



Jornal Pequeno mostra o desfecho do caso: Clementino Carlos casou-se com Antônia, dando fim ao procedimento policial.

Agora vejamos outro crime, desta vez um assassinato.

Bárbaro assassinato: De 7 1,2 (lê-se 7:30) às 8 horas da noite de 18 do corrente, foi barbaramente assassinada com 2° e 26 facadas, em sua própria casa (na Usina Estrelliana) D. Rita Wanderley de Siqueira Santos, por três indivíduos que vieram montados a cavalo, todos caracterizados, não há certeza na direção que tomaram. O abaixo assinado, cunhado da vítima, roga das autoridades quer deste quer dos outros Estados, bem como a todos os particulares a captura de tais indivíduos, gratificando com a quantia de 3:000\$000 a quem descobrir os autores de tão bárbaro assassinato. Engenho Bastiões, em Gameleira, 26 de Dezembro de 1899. João Lopes Siqueira Santos.¹⁵

Este crime foi perpetrado contra uma mulher integrante de uma família iminente. Os Wanderley's possuíam vários engenhos em Pernambuco e ocupavam uma posição de destaque na sociedade. Tal crime, ocorrido no final de 1899 será noticiado até Abril de 1900. Periodicamente, o jornal dará satisfações aos leitores do andamento das diligências policiais para se descobrir os assassinos. Em fins de Janeiro de 1900 são presos Antônio Accioly Wanderley (parente da vítima), Celso e Lúcio de Micego. Antônio Accioly negará envolvimento no caso até fins de Março, no entanto no início de Abril, ele deixará uma declaração afirmando ter participação no crime e cometerá suicídio. O Diário de Pernambuco divulgará todos os pormenores do Crime da Usina Estrelliana, como ficou conhecido o assassinato de D. Rita, a declaração de Antônio e o motivo do crime, que segundo o jornal, envolvia os negócios da família nos engenhos. Também o Jornal Pequeno falará deste crime com bastante evidência. Aqui receberá o nome do engenho onde ficava a Usina Estrelliana. O Crime do Engenho Amaragy, como noticiava este jornal, foi tão divulgado quanto no Diário de Pernambuco, porém adaptado ao seu público alvo.

Tanto o Diário quanto o Jornal Pequeno registraram em suas páginas os dois crimes anteriormente descritos. Todavia, percebemos que o primeiro periódico não deu muita importância ao estupro da menina Antônia, ao contrário do que vemos no segundo. Constatamos também, que ambos foram fidedignos no referente ao assassinato de D. Rita Wanderley, sendo ambos coerentes entre si na narração dos fatos, bem como no desfecho do caso.

¹⁵ Diário de Pernambuco. Revista Diária. 10 de Janeiro de 1900. Página não identificável. Nº 06. FUNDAJ. Ortografia atualizada.



As condutas dos populares: ‘ofensores’ de uma sociedade que ofende

O Diário de Pernambuco noticia também a prisão de homens envolvidos em crimes sexuais, onde tais crimes saiam na coluna policial e seus envolvidos eram pessoas da camada popular. Essas notícias nada mais eram que a citação de nomes dos acusados recolhidos à Casa de Detenção.

2ª Secção n. 32 – Repartição Central da Polícia do Estado de Pernambuco em 10 de Fevereiro de 1900. Ao cidadão desembargador Sigismundo Antônio Gonçalves, vice-presidente do Senado, no exercício do cargo de Governador do Estado. Participou que foram ontem recolhidos à Casa de Detenção os seguintes indivíduos: ao Dr. 2º promotor público da capital, por intermédio do Dr. Juiz municipal do 1º distrito criminal, as [sic] contra Pedro dos Santos, ofensor da menor Maria [sic] Espírito Santo. Ao Dr. promotor público do município de Iguarassu, por intermédio do Dr. juiz municipal respectivo, as procedidas contra Manoel Francisco de Souza, ofensor da menor Maria da Luz.¹⁶

Estas notícias curtas e objetivas, não revelam quem são os envolvidos, citam apenas nomes. Não sabemos suas histórias, nem o desfecho desses casos, bem como o tipo de ofensa cometida. São notícias frias, sem interesses no sujeito. Vale ressaltar que as mulheres também eram detidas, e não eram poucas. A maioria era por ofensa à moral pública ou embriaguez. Nos casos de mulheres recolhidas, podemos tecer alguma interpretação. Vejamos: (...) A ordem do Dr. delegado do 1º distrito da capital, Izabel Umbelinda de Alcântara, [detida] por ofensas a moral publica.¹⁷

As notícias de ofensa à moral apesar de curtas, como o exemplo acima, estão repletas de signos. O texto não esclarece o que Izabel praticava, apenas que ofendia a moral. Detida em seu de delito, ela é recolhida à Casa de Detenção. Na realidade, esta notícia revela uma luta discursiva que expressa os códigos do controle social impostos à mulher, caracterizadores da normatização de sua sexualidade. Não devemos ignorar que tais códigos coercivos também atingiam àqueles homens ofensores de moças; todavia quando eram elas as “criminosas”, tais signos adquiriam novas perspectivas.

¹⁶ Diário de Pernambuco. Repartição Central da Polícia. 11 de Fevereiro de 1900. Página não identificável. FUNDAJ. Ortografia atualizada.

¹⁷ Diário de Pernambuco. Repartição Central da Polícia. 25 de Março de 1900. Página não identificável. Nº 02. FUNDAJ. Ortografia atualizada.



O Jornal Pequeno é um periódico voltado para a camada popular, ou seja, a classe trabalhadora. Com uma escrita mais acessível, interessa-se em dar satisfações aos leitores sobre qualquer assunto que esteja abordando. Desse modo, os crimes de cunho sexual encontrados neste periódico parecem ter começo, meio e fim, maximizando o entendimento de seus leitores. Vejamos:

Yoyô Pereira deflorou ultimamente a menor Severina, de 11 anos de idade apenas, sendo preso e recolhido ao Quartel de São Benedito por ordem do Dr. Chefe de Polícia. Constavam ontem que o Dr. João Sêneca mandara ordem ao subdelegado para pôr o criminoso em liberdade, o que não conseguiu devido à firme repulsa daquela autoridade. Hoje, à requisição do Sr. Santos Moreira, será Severina examinada e feita a devida vistoria. O Dr. João Sêneca protege Yoyô Pereira e declara terminantemente que não se fará o casamento. Ao Dr. Santos Moreira recomendamos que não deixe nulificar a ação da Justiça pela proteção que João Sêneca prodigaliza a Yoyô Pereira.¹⁸

No dia seguinte, o jornal informa:

A última hora fomos informados de que o Sr. João Sêneca triunfou no caso de que nos ocupamos ontem, isto é, na questão de Yoyô Pereira, autor do defloramento de uma menor, fato por nós noticiado ontem. Ontem, Yoyô Pereira, por influência do Sr. Sêneca foi posto em liberdade.¹⁹

Percebemos na construção da escrita desse jornal, a insatisfação e descontentamento sobre o fato, quando afirma que não se deve deixar nulo a ação da Justiça, a fim de proteger o acusado. Todavia, Yoyô Pereira é solto, e a indignação do periódico transparece no uso da palavra “triunfou”.

Vale dizer que o Jornal Pequeno não possui colunas policiais como o Diário de Pernambuco. Não encontramos nomes de recolhidos à Casa de Detenção. Mas, assim como no DP, também encontramos crimes cometidos por mulheres, não sendo apenas, quase que exclusivamente ofensa à moral pública, como se pode observar:

Teve lugar ontem, às 8 1,2 (lê-se: 8:30) horas da noite, em frente ao Ginásio Pernambucano uma cena de ciúmes. Conversava um cavalheiro com uma senhora quando chega a esposa e avançando furiosamente para ambos, descompõe até mais não poder. Depois

¹⁸ Jornal Pequeno. 10 de Janeiro de 1905. Página 2. FUNDAJ. Ortografia atualizada.

¹⁹ Jornal Pequeno. 11 de Janeiro de 1905. Página 2. FUNDAJ. Ortografia atualizada.



esbofeteia sua rival, sendo agarrada pelo marido que a levou para casa que ficava pertinho.²⁰

Segundo explica o jornal, dois dias depois do ocorrido o caso não foi à polícia, e sim resolvido entre as partes. Note-se a escrita simples adotada pelo periódico ao usar o termo “pertinho” para dizer que o casal residia nas proximidades.

Enfim, com público alvo distinto, ambos os jornais cumpriram a tarefa a qual se propuseram, divulgando símbolos que perpassam tanto a classe burguesa quanto a popular. É notória a preocupação do Jornal Pequeno em dar satisfações aos seus leitores, pois o discurso controlador da época está embutido na intenção do jornal: mostrar aos populares que suas práticas são desviantes, haja vista não aparecer tais práticas cometidas pela burguesia. Ou seja, a ausência de tais ações pela elite, ou melhor, a não divulgação delas, reafirma o comportamento dito degenerado dos populares. Já o Diário de Pernambuco com suas notícias diversas, deixa transparecer todo o discurso controlador inerente à época. A partir das leituras de suas reportagens e propagandas podemos perceber as disparidades no referente à prática sexual masculina e feminina, as discrepâncias no que tange os distintos extratos sociais, bem como o debate civilizador, tão em voga naquele momento. Entrementes, independente do momento de modernização vivenciado no período, o Recife, assim como outras urbes, será palco de calorosas discussões que abarcam sexualidade, moralidade, honra e família, durante a República Velha. Esta cidade também irá estereotipar suas mulheres, controlará seus populares, disciplinará suas práticas. E, aquele que não se enquadrar nos padrões almejados, deverá ser punido.

Considerações Finais

Levando em consideração tudo o que foi exposto neste artigo e lançando nossos olhares para a atualidade, percebemos que alguns discursos de repressão ao sexo, à mulher e à noção de moralidade, ainda perduram, principalmente entre os populares. Vivemos numa pseudo-liberação. Com certeza já ouvimos a malfadada frase referente a uma jovem que teve sua primeira relação sexual: “fulana se perdeu com beltrano”. Ou seja, ela perdeu a virgindade, sua honra, o código que evidencia sua moralidade, como se sua honestidade dependesse apenas de uma membrana. “É uma perda!”. Ou então, “Que moça imoral, olha que roupa curta ela usa!”. Apesar de vivermos numa sociedade mais liberal, se comparada à

²⁰ Jornal Pequeno. 10 de Janeiro de 1905. Página 2. FUNDAJ. Ortografia atualizada.



cem anos atrás, o patriarcalismo ainda se faz presente, principalmente entre os populares. Se aconteceram rupturas, algumas permanências se fazem sentir, mostrando que os signos que estereotipam os sujeitos foram re-significados, adquirindo nova roupagem com o objetivo de adaptação às exigências atuais.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. São Paulo: Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DEL PRIORI, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DUBY, Georges. **Historia da Vida Privada II: da Europa feudal à Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. **O Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife, CEPE/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

OUTTES, Joel. **O Recife: gênese do urbanismo (1927-1934)**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1997.

PEDRO, Joana Maria. **Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.